

Abril de 2026

128 BIODIVERSIDADE

SUSTENTO E CULTURAS



Já que a guerra continua contra
comunidades, juventudes, territórios, Natureza
A RESISTÊNCIA É PERMANENTE

Biodiversidade, sustento e culturas é uma publicação trimestral da **Alianza Biodiversidad** orientada a informar e debater sobre a diversidade biológica e cultural para o sustento das comunidades e culturas locais. O uso e a conservação da biodiversidade, o impacto das novas biotecnologias, patentes e políticas públicas são parte da nossa cobertura. Inclui experiências e propostas na América Latina, e busca ser um vínculo entre aqueles que trabalham pela gestão popular da biodiversidade, da diversidade cultural e do autogoverno, especialmente das comunidades locais: mulheres e homens indígenas e afro-americanos, camponeses, pescadores e pequenos produtores.

Organizações coeditoras

Acción Ecológica
notransgenicos@accionecologica.org
Anafae
octavio.sanchez@yahoo.com
Base-Is
mpalau@baseis.org.py
Campaña de la Semilla
de La Vía Campesina – Anamuri
internacional@anamuri.cl
Centro Ecológico
serra@centroecologico.org.br
CLOC-Vía Campesina
secretaria.cloc.vc@gmail.com
Colectivo por la Autonomía
erobles_gonzalez@hotmail.com
GRAIN
grain@grain.org
Grupo ETC
grupoetc@etcgroup.org
Grupo Semillas
semillas@semillas.org.co
Red de Coordinación en Biodiversidad
rcbcostarica@gmail.com
REDES-AT Uruguay
bioliv@redes.org.uy

Comitê Editorial

Maria José Guazzelli, Brasil
Leonardo Melgarejo, Brasil
Fabián Pachón, Colômbia
Germán Vélez, Colômbia
Silvia Rodríguez Cervantes, Costa Rica
Henry Picado, Costa Rica
Camila Montecinos, Chile
Francisca Rodríguez, Chile
Elizabeth Bravo, Equador
Xavier León, Equador
Ma. Fernanda Vallejo, Equador
Octavio Sánchez, Honduras
Evangelina Robles, México
José Godoy, México
Silvia Ribeiro, México
Verónica Villa, México
Marielle Palau, Paraguai
Mariano Beltrán, Uruguai
Martín Drago, Uruguai

Administração

Fundación Pro Defensa
de la Naturaleza y sus Derechos

Edição

Ramón Vera-Herrera
constelacion50@gmail.com

Desenho e formatação

Daniel Passarge
danielpassarge@gmail.com

Editorial	1
<i>A guerra continua</i>	
Como entender estes tempos de autoritarismo e negacionismo climático	
<i>Leonardo Melgarejo</i>	3
Direitos da Natureza em tempos de guerra	
<i>Esperanza Martínez / Acción Ecológica</i>	9
A invasão territorial e os novos latifúndios do agronegócio	
<i>Alejandro Ruiz / Ceiba</i>	12
A 30 anos da primeira soja transgênica: um experimento massivo a céu aberto	
<i>Darío Aranda</i>	18
A invasão espanhola, escravidão Taína e agricultura	
<i>Nelson Álvarez</i>	22

A foto da capa e várias das fotos que acompanham o texto sobre a invasão do agronegócio foram tiradas pela Redsag (Rede de Soberania Alimentar da Guatemala) durante a Feira de Sementes Nativas e Crioulas, e Produtos Agroecológicos realizada em Cantel, Quetzaltenango, Guatemala, para defender a relação das comunidades com suas sementes. Isso faz parte da luta contínua da Redsag contra diversos instrumentos legais que buscam restringir o uso de suas sementes ou prejudicar suas plantações com transgênicos, enquanto as regulamentações abrem caminho para a importação e introdução de sementes geneticamente modificadas. A Redsag afirma: “O recente Acordo Governamental 53-2026, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Alimentação (MAGA) como uma medida para ‘agilizar os trâmites no setor agrícola, não é apenas uma mudança administrativa. É uma decisão que pode ter profundas consequências para nossa biodiversidade, sementes nativas e crioulas, nossos territórios e nossa soberania alimentar.” As fotos, tiradas pela Redsag, mostram as trocas que ocorrem em ambientes de confiança, onde essas sementes são compartilhadas.

“Ao reduzir controles, simplificar registros e facilitar a importação e circulação de material agropecuário, este acordo abre a porta para a entrada acelerada de sementes externas, incluindo as geneticamente modificadas. Embora não seja mencionado diretamente, criam-se as condições para sua expansão. Isso coloca em risco nossas sementes nativas, sementes que são o patrimônio vivo de nossos povos e a base de nossa alimentação. A contaminação genética, a perda de biodiversidade e o deslocamento dos sistemas agrícolas tradicionais não são ameaças distantes: são consequências reais desse tipo de política. Soma-se a isso a invisibilização dos conhecimentos ancestrais e o enfraquecimento do controle comunitário e popular sobre nossas sementes.”

A reivindicação explícita da Redsag é que “longe de simplificar os requisitos e os trâmites administrativos para autorizar o uso de sementes transgênicas na Guatemala, essas sementes devem ser proibidas por acordo, regulamentação ou lei específica.”

As fotos das mobilizações no Brasil e na Argentina são de Leonardo Melgarejo, tiradas em manifestações dentro da Conferência Antifascista em Porto Alegre, Brasil. Há também fotos de Josué Garita, de Cartago, Costa Rica, que está se tornando um colaborador veterano da nossa publicação. Jessica Martínez contribui com fotos de árvores na Colômbia, e Dani Gar contribui com fotos de um vale profundo na Sierra de Puebla-Hidalgo, no México.

As fotos da Argentina vêm de *Minga: Semillero de Imágenes Libres del Sector Campesino, Indígena y Cooperativo*. É um blog com fotos para uso em projetos de luta e resistência. Há fotos de Matías Sarlo, que trabalhou na mídia impressa por mais de dez anos para diversas agências de notícias e veículos de comunicação nacionais e internacionais. Ele desenvolveu projetos independentes de fotografia documental para ONGs e para o The Open String da Universidade Nacional do Litoral, as Avós da Praça de Maio, o Conicet e o CELS. Ele faz parte do projeto Zafarrancho Ediciones. Anita Pouchard Serra é uma fotojornalista e narradora visual franco-argentina, radicada em Buenos Aires. O trabalho dela gira em torno de identidade, migração, direitos das mulheres e territórios. Nicolás Pousthomis é fotógrafo documentarista. Seus projetos surgem de experiências e buscas vinculadas a aspectos simples da existência: comer, morar, viajar e a terra onde viver. Ele é autor dos livros Diciembre, Qhapaq Ñan, Desandando el Camino, com Gustavo Santaolalla e Todo y Nada. Desde 2004, faz parte da Cooperativa de Fotografías Sub, um coletivo que coordena uma plataforma educativa, uma editora e um programa de rádio. Desde julho de 2021, é editor de fotografia da Agência Tierra Viva.

Agradecemos o apoio da Thousand Currents, Heks e do Fundo Agroecológico.
Somos sempre gratos a Carlos Vicente pela semente que continua a florescer.

A tradução para português foi realizada pelo Centro Ecológico.

Uma revista se forma a partir de fragmentos que devem se encaixar para oferecer algo significativo. Nunca é apenas uma coleção de textos escolhidos aleatoriamente e reunidos aos demais.

Por mais de 30 anos, nosso papel tem sido buscar o significado oculto ou evidente do acontecer dos povos e comunidades em sua luta contínua contra tudo o que os oprime, incapacita, marginaliza ou os força a migrar para outras regiões, outros países ou para as cidades, a fim de dar uma reviravolta nas vidas que levavam.

Buscamos reunir quatro discussões com temas em comum. Há a guerra “mundial”, como um guarda-chuva abrangente, e embora a América Latina aparentemente não tenha todo o estrondo, o furor, nem a destruição que são divulgados em outros lugares, a quantidade de assassinatos e desaparecimentos configura uma violência e brutalidade globais, permanentes. 1. Essa guerra, sendo contínua, midiática e, ainda assim, distante, parece não existir e, ao mesmo tempo, é a constante ansiedade que nos é imposta pelas notícias, mesmo que qualquer reportagem possa ser *fake news*. 2. O autoritarismo e a confusão digital estão propensos a aprisionar os jovens com seu negacionismo climático, da mesma forma como as telas de cada celular do planeta. 3. A Natureza é uma vítima silenciosa das guerras? Ou já está clamando, exigindo seus direitos e se manifestando, e apenas os povos conscientes conseguem ouvi-la e interpretá-la? 4. Trata-se da invasão do agronegócio como uma guerra contra a subsistência e, claro, da distorção genética que, com seus grilhões, busca impedir que as sementes se transformem de uma forma natural.

Tudo isso junto é a guerra e a violência que ela acarreta. Sua intolerância e sua moral dupla colocaram o mundo em xeque.

Eis, portanto, os ganchos aí colocados. Como a mídia digital e as telas estão contribuindo para o mal-estar que não é fruto dessa guerra distante, mas que a guerra é, em parte, consequência de todo esse choque, inquietação, ansiedade, desinformação e confusão promovidos pelas telas incorporadas em dispositivos totalmente pessoais, individuais e intimamente ligados à nossa existência.

Os e as jovens são os que mais claramente sofrem os efeitos disso, e a extrema direita vai se aproveitando dessa desinformação, e se apressa em adestrar jovens homens e mulheres em seu estado de perplexidade, por mais paradoxal que pareça, como bem aponta Leonardo Melgarejo.

Analisar a ascensão renovada da direita, e pior ainda se ela for extrema, nos faz refletir sobre as vulnerabilidades de nossas sociedades urbanas e rurais, instruídas, com escolarização ou sem ela. Por isso, é crucial que as pessoas se reúnam novamente em Porto Alegre, questionando o autoritarismo e o militarismo e, ao mesmo tempo, reivindicando a agenda dos povos e da natureza.

Se há algo que caracteriza este século 21, é que a confusão não reconhece fronteiras de classe, etnia ou cor da pele. A direita quer todo mundo nivelado pela ignorância, pela cegueira e pelo medo. Essas condições não são meramente condições culturais, pois carregam um peso político, uma carga de exploração, espoliação e brutalidade que se estende desde o canto mais isolado de uma fábrica, da oficina doméstica de alguém que trabalha montando algum componente em uma cadeia de suprimentos, ou em uma parcela de terra na encosta de um morro, até os arranha-céus que explodem com os mísseis. Até os hospitais e escolas que desabam, deixando crianças inertes, assassinadas.



Cantel, Qutzaltenango, Guatemala. Foto: Redsag

A guerra é permanente e busca garantir que os mais ricos se apoderem de tudo. Hoje, está mais claro do que nunca que o cercamento medieval dos espaços comuns das comunidades intensificou a busca por poder e controle, a apropriação de tudo o que se possa imaginar. E a Natureza sofre com isso, mesmo quando não há pessoas presentes, o que sempre há, e apesar do aprimoramento da contabilização das baixas de guerra, “a natureza não tem lugar na contabilização da guerra, não é registrada, não contribui para uma agenda de contenção e definitivamente, não de reparação”, como afirma Esperanza Martínez em um dos textos desta edição.

A monopolização de terras e a invasão do agronegócio são um brutal “refinamento” das condições de espoliação, devastação, incapacitação e expulsão, que emulam ou servem de modelo para a brutalidade perpetrada por exércitos, grupos paramilitares ou jagunços contra pessoas desarmadas. Florestas são incendiadas, nascentes, represas e córregos são privatizados, casas são destruídas e se proíbem as formas de habitar os territórios, as técnicas antigas, os saberes ancestrais, a relação com os sinais da chuva, do vento ou das nuvens, da umidade do solo e da temperatura. Cem anos após o assassinato de Emiliano Zapata, lembramos o lema “Terra e Liberdade!”, de que a terra pertence a quem a trabalha e que, juntamente com as montanhas e as águas, deve ser cuidada e cultivada pelos povos. É urgente deter a monopolização de terras e os novos latifúndios agroempresariais.

Reconsiderar tudo o que acontece com essa invasão do agronegócio nos faz também compreender a lógica da guerra que, como diz novamente Esperanza Martínez, “não se limita aos cenários de guerra declarada. Se repete, com diferentes intensidades temporais, com as economias extrativistas em geral, como a mineração legal e ilegal, e a exploração de petróleo. Nesses territórios sacrificados, a violência não desaparece: ela se normaliza.”

Nesse cenário cotidiano que prefigura a brutalidade da guerra “mundializada” e midiática, a desfiguração das sementes já dura 30 anos contados na Argentina e certamente um pouco mais em outros países, acompanhada pelo envenenamento constante de tudo: água, a mata, animais, plantas, fungos, pessoas. E isso também é uma guerra contra a subsistência. Uma guerra contra os povos, contra a sua sustentabilidade e o seu horizonte de futuro. A Palestina hoje significa um recrudescimento que grita para nós (para que nos neguemos, com nossa humanidade plena, ao crime planetário que simboliza o que se busca fazer a todos os povos da terra). Querem fazer desaparecer nossas relações mais elementares e que sirvamos como mão de obra escravizada em diferentes cenários do inferno ou exilar-nos, nos arrancando de nossos ambientes de subsistência. As descrições da Divina Comédia de Dante, sobre o inferno, ou mesmo da própria Bíblia, não vão além desse quadro de violência, confusão, pânico, desesperança, desfiguração do mundo, devastação dos ciclos da água, terra arrasada, imaginações corroídas pela Inteligência Artificial que nada mais é do que nos ter congelado na nossa estante, de onde nos querem parte do sistema, como mais um chip e fora dos territórios que cobiçam.

Mas os povos continuam lá. E sua integridade e sua presença não são fáceis de erradicar porque a comunidade movimenta fontes de confiança, de emoção, de cuidado e de carinho.

As propostas de vida integral e harmônica com a natureza da maioria dos povos originários na complexa imensidão que nos molda continuarão sendo relevantes. A unidade dos povos é necessária porque tudo está interconectado. Os povos se saúdam e se auto-governam através de suas florestas, rios, sementes, desertos, nuvens, oceanos e lagoas. Os territórios devem estar nas mãos dos povos.

Os povos fazem propostas, são antifascistas, seguem a agroecologia e a vida comunitária, trabalham, festejam, sustentam a cultura e as sementes ancestrais, fazem propostas de paz e de reforma agrária integral. A diferença é evidente. A luta é pela vida e os povos do mundo nos convidam a isso.

Como entender estes tempos de

AUTORITARISMO E NEGACIONISMO CLIMÁTICO

3

Leonardo Melgarejo

Porto Alegre volta a ser o epicentro da luta internacional
contra a extrema direita.

As transformações devem começar dentro de nós, e a disputa ocorrerá no campo da comunicação e da informação. Apresentamos algumas reflexões sobre o que Leonardo Melgarejo observou na Conferência Internacional Antifascista para melhor compreender a urgência de convocar os e as jovens a refletirmos sobre o significado da violência, da guerra, do genocídio e os efeitos que estes têm sobre as certezas que nos são vendidas. Isso se insere no contexto da luta antifascista e pela soberania dos povos.

Recentemente, acompanhei a 1ª Conferência Internacional Antifascista Pela Soberania dos Povos. Sinto a necessidade de inteirar-me sobre o que os e as representantes da sociedade organizada de outras partes do planeta estão percebendo como alternativas para conter o empoderamento dos agentes do fascismo e suas consequências entre nós.

Confesso que preciso de algo assim. Sem o auxílio de informações confiáveis, sinto-me incompetente

para interpretar o que tenho presenciado nestes tempos, que combinam autoritarismo com destruição da biodiversidade e negacionismo climático.

Este não é apenas meu caso. A conferência foi útil para muitos e aconteceu em boa hora. Em meu otimismo, espero que as discussões, mais do que apontar caminhos, ajudem a esclarecer os motivos por que grande parte (talvez a maioria) das pessoas parece não se importar. Inclusive, há muitas pessoas determinadas



Marcha em Porto Alegre, Brasil. Foto: Leonardo Melgarejo

a apoiar essas ações que, por interesse de uma minoria, comprometem a vida de todos.

Não me parece razoável que tanta gente ignore que as grandes tragédias não estão mais restritas a países, regiões ou bairros situados longe de nosso próprio umbigo. Elas, as tragédias, estão entre nós. Trata-se de um novo padrão de realidade, onde avançam os medos, as angústias e uma desesperança que distorce as utopias da juventude e inviabiliza a paz de idosos e idosos.

Talvez seja por isso que os suicídios estão aumentando entre pessoas com mais de 60 anos. A taxa agora é 50% maior do que a observada no restante da população, enquanto o negacionismo e a alienação se espalham entre os jovens.

Particularmente alarmante é a informação de que toda uma geração de adolescentes brasileiros (entre 16 e 24 anos) considerou razoável (de acordo com uma pesquisa AtlasIntel/Bloomberg) temer mais a reeleição de Lula (48,3%) do que a eleição de Flávio Bolsonaro (25,6%) em 2026.

Se esta pesquisa estiver correta, precisaremos urgentemente descobrir os motivos pelos quais a maioria (72% da amostra pesquisada) dos brasileiros e brasilei-

ras, que daqui a 20 anos estarão liderando este país, desaprova um governo que nos tirou do mapa da fome, restaurou a credibilidade do país, controlou a inflação, abriu os mercados internacionais e vem criando oportunidades de acesso a empregos, saúde, moradia própria e universidades, abrindo espaços para uma inclusão econômica, política e social de milhões de jovens e adultos.

Isso poderia indicar um aumento das demandas relacionadas ao autoritarismo? Parece que sim. Em última análise, uma possível interpretação é que as e os jovens estão clamando por uma mão forte e autoritária, comprometida com o controle dos “outros”, capaz de remover do cenário aqueles que são diferentes e “mudar tudo o que está aí”.

São sinais de que estamos caminhando para o fim de uma era de encontro e solidariedade que, com a evolução (e não a supressão) do projeto de Lula, tenderia a alcançar, em ondas crescentes, os filhos e netos de gerações historicamente desfavorecidas.

A questão é, por que as conquistas do governo Lula, que vieram depois do desastre dos períodos Temer e Bolsonaro, são vistas pela nossa juventude como ina-

dequadas, irrelevantes ou insuficientes. Estariam sendo interpretadas a partir de filtros pró-fascistas, facilitados por falhas de comunicação por parte dos funcionários do governo Lula? Ou se trata de uma resistência a amadurecer no (da perspectiva da juventude) nada disso importa?

Talvez, nesta geração, as insatisfações, os medos, o isolamento e a percepção das tragédias estejam bloqueando os impulsos generosos que implicam medidas a favor de mudanças que beneficiem a todos? Ou talvez tenham deixado de existir aqueles impulsos revolucionários característicos da juventude? Ou será que esses jovens simplesmente perderam o interesse em melhorar o mundo, e agora querem aproveitar os bons momentos que lhes aparecem, tentando encontrar um canto, um lugar que possam chamar de seu, em meio aos opressores?

Se essa for a realidade, a culpa é nossa. No fim das contas, as falhas de nossos filhos e filhas também são reflexo das falhas dos pais e mães. Superproteção, negligência e todas aquelas coisas que não queríamos, que não permitimos ou não soubemos fazer.

Ou talvez seja porque não conseguimos fomentar o desenvolvimento de valores morais, eleger bons representantes, propor os desafios certos ou valorizar atitudes positivas para que, juntos, possamos apontar possíveis caminhos a seguir?

O fato é que a realidade mudou, e os jovens parecem preferir ignorar as tragédias que já estão aqui e que vieram para ficar.

Elas não serão mais episódicas ou localizadas. Passarão a ter a condição permanente de hipocrisias coletivas. Com a mercantilização de tudo, acabamos por permitir a normalização do desejo de participar em mecanismos que entrelaçam o lucro derivado da destruição com o lucro que procede da reconstrução do que foi destruído. Territórios de morte em vida, onde as famílias e as nações absorvem, transformam ou rejeitam aqueles que não conseguiram escapar.

As pessoas e os países estão operando segundo a lógica das guerras de rapina, na justificação de roubos, espoliações e genocídios, como ondas de colonização que reabrem as portas do inferno na Terra. E tudo isso em meio às crises resultantes do aquecimento global.

Aí reside um padrão de comportamento que a juventude deve examinar e corrigir antes que seja tarde demais.

Esta semana ficamos sabendo que a partir do Protocolo de Kyoto, e passando pelo Acordo de Paris, os países estão isentos de prestar contas do impacto de seus gastos militares relacionados ao aquecimento global. Isso significa que, dentro da comunidade de nações envolvidas nos debates e negociações para conter o

aquecimento global, aceita-se que a luta para defender a biosfera não deve impor limites ou responsabilidades aos senhores da guerra.

E isso por si só tornaria urgente que fizéssemos todo o possível para alcançar os e as jovens, amplificando o que pudesse ser atraente para eles nos debates de fundo que ocorrem na Conferência Antifascista e pela Soberania dos Povos.

Os gastos com armamentos, o principal setor industrial dos impérios com tendências autoritárias, já representam 5,5% de todas as emissões anuais de gases de efeito estufa. O relatório, intitulado “O Carbono da Guerra”, afirma que este número abrange apenas o relativo à produção de armamentos. Não inclui o que pode estar associado aos genocídios, à devastação ambiental, à destruição de infraestrutura, às migrações e tudo o que seria necessário para a recuperação dos territórios devastados (e para a reposição “aprimorada” do armamento disponíveis). Estes 5,5% correspondem a centenas de milhões de toneladas de CO₂, mais do que as emissões da Rússia, o país que atualmente ocupa o quinto lugar entre os maiores responsáveis pelo aquecimento global.

Considerando apenas três exemplos citados no texto de Caetano Scannavino: o custo climático da destruição e reconstrução de Gaza (31 milhões de toneladas de CO₂) excederá as emissões de mais de 100 países; no caso da guerra na Ucrânia (200 milhões de toneladas de CO₂), o custo ambiental será equivalente ao total de emissões necessárias para rearmar a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); e, finalmente, os gastos militares globais em 2024 (2,7 trilhões de dólares) corresponderiam ao dobro do valor reivindicado pela ONU (em suas metas da COP30 — 1,3 trilhão de dólares anuais) para apoiar as nações mais pobres em sua luta contra as mudanças climáticas.

Portanto, uma vez que os promotores das guerras e do aquecimento global controlam as informações, e a distorção dessas informações altera a percepção da juventude em nossos povos, esses fatores se reforçam mutuamente e não perderão, por si só, a força destrutiva que carregam. Resta concluir que está mais do que na hora dos adultos se mobilizarem.

Avançamos no arrastão do colapso climático sabendo de antemão que sem a consciência da juventude, qualquer esperança será nula.

E essa conscientização não virá enquanto os jovens preferirem uma vida norteada pela intensidade de “dez anos a mil” em relação à paz de “mil anos a dez”.

Certamente, precisaremos nos capacitar a entender o que está acontecendo, buscando os conhecimentos que não temos e arrumando alternativas para superar a inércia que nos colocou diante desta realidade. As mudanças devem começar em nós e a disputa será

no campo informacional. Estamos sendo derrotados na disputa da comunicação que definirá como poderemos nos reinventar, para nos conectar melhor com a geração que ajudamos a desencaminhar e que, certamente, irá nos substituir.

Na Conferência Antifascista, muitos temas foram debatidos, abrangendo uma infinidade de subtemas. Essas discussões abordaram biodiversidade, água, ciência digna e reforma agrária. E, uma luta de todos e todas, que é a luta contra o negacionismo climático e pelo despertar do espírito jovem dentro de pessoas de todas as idades.

De fato, como foi apontado na Conferência, a complexidade das crises atuais foi amplificada pelo ocultamento do óbvio: o capitalismo (ou o capitaloceno, para trabalhar com a ideia de uma nova era geológica onde menos de 1% da humanidade controla as forças destrutivas que ameaçam tudo) precisa ser considerado em todas as suas manifestações. Isso inclui o patriarcado, o racismo, a homofobia, o machismo, a escravidão e todas as formas de discriminação. Inclui as diferenciações construídas para garantir a expansão das exclusões, rompendo articulações essenciais para o equilíbrio da biosfera.

A superação deste momento histórico não será alcançada pela deposição dos poderosos com armas de guerra. Eles são mais bem armados, contam com o apoio de recursos privilegiados da tecnociência, da mídia digital e da servidão acrítica de multidões capturadas pelo ilusionismo e a atratividade de migalhas.

As mudanças exigem o avanço da conscientização de que estamos diante de um novo fenômeno psicopolítico. Neste, a subjetividade das novas gerações está sendo capturada a tal ponto que suas frustrações e necessidades insatisfeitas se transformam em ressentimentos e ódios dirigidos contra aqueles e aquelas que lutam pelos interesses de todos. A apropriação pela extrema direita de palavras como liberdade, justiça, segurança e soberania, não apenas serve para isolar, perseguir e criminalizar os e as que lutam por direitos humanos e justiça social, como também já se prestam a justificar a queda de mísseis sobre hospitais e escolas para meninas.

A superação desta condição abjeta exige a construção de compromissos de solidariedade, em abordagens territoriais que permitam evidenciar nexos entre os problemas locais e as ações do império em regiões distantes, de maneira a articular demandas gritadas na ocupação das ruas, por milhões, em todos os países.

Precisamos, para além de lidar com nossas dificuldades específicas, evidenciar ao povo norte-americano que entendemos o que se passa por lá, e que o planeta está com eles no enfrentamento das lideranças destrutivas e dos governos não confiáveis e intransigentes que estão ameaçando o mundo.

Se compreendendo que o neofascismo desencadeou uma estratégia desesperada para perpetuar privilégios indevidos acumulados por uma minoria, às custas da exclusão de tantos e do sacrifício de todos, saberemos que esses privilégios não podem mais ser mantidos.

Isso explica a fúria com que os autoproclamados donos do planeta estão fazendo para estender em tudo que podem seus domínios imperiais, açambarcando tudo que existe em territórios alheios. Aí estão, a desfaçatez das mentiras e o uso descarado da força bruta, para roubar riquezas que o governo norte-americano entende serem suas, independentemente de estarem naturalmente distribuídas em diferentes regiões do planeta.

Por isso, o problema global só será contido pela reação conjunta, internacionalizada, de todos os povos atualmente atacados e submetidos a uma condição de sacrifício imediato ou, sob ameaças, pelo medo do futuro.

Observando o que está acontecendo dentro dos EUA conseguimos compreender que, inclusive ali, as pessoas classificadas como inimigos internos (descartáveis para o interesse do fascismo) recebem tratamento proporcional ao inicialmente concedido àqueles que o império decidiu catalogar no rol de seus inimigos externos. Uma vez iniciado em algum local, este processo se ampliará aos vizinhos, desconsiderando as leis e os acordos, a ONU, a OMC, e a OIT, e com o apoio daqueles dispostos a se omitir enquanto não chegar a sua vez.

Aí estão as nações que não se posicionam diante do que acontece em Gaza, Palestina, Irã, Venezuela e Cuba.

Não se equivocam os sul-americanos que compreendem a importância das ameaças representadas pelo Escudo das Américas para o Cone Sul, dada a subserviência de líderes regionais ávidos por ocupar espaços de obscuro e degradante servilismo, como Milei, que se desculpou com Trump por suas adulações serem em espanhol, e não em inglês.

Ali estão os filhos de Bolsonaro, personificando a ganância ignorante daqueles que buscaram nos impor, com o apoio de uma nova Operação Condor, a degradação civilizatória que o papai Bolsonaro tentou iniciar.

O negacionismo se acomoda dizendo que é um problema de educação – enquanto nega que o fascismo avança por meio de mecanismos de discriminação e cooptação, que dependem da ignorância das pessoas sobre as razões que estimulam esta nova onda de colonização.

Em outras palavras, a educação “de mercado”, que favorece o patriarcado, o racismo, o fascismo, o capitalismo e todas as formas de discriminação está na raiz da degradação humana e precisa ser superada. Ao treinar as pessoas para competirem entre si, para se desconectarem da natureza comum, a educação alienante



Marcha em Porto Alegre. Foto: Leonardo Melgarejo

obscurece o fato de que todos os reclamos identitários, dos marginalizados por questões de gênero, cor, identidade, opção religiosa, idade, peso ou que seja, compõem um único mosaico de desrespeitos a serem corrigidos pela expansão da consciência.

E isto não se fará sem lutas, sem sacrifícios. Afinal, se trata de forçar correções históricas. Trata-se da construção de mecanismos que viabilizem a ocupação de espaços de liderança (de gestão das instâncias de poder republicano). Isso significa uma alteração radical da correlação de forças que atualmente seleciona os gestores que operam (e que resistirão à mudança em defesa das vantagens de que desfrutaram como servidores do capital).

Não será fácil, até porque exigirá recursos diversos, como para expansão de cotas de acesso aos espaços de formação básica, técnica e universitária, em um governo que não consegue sequer reduzir a taxa de juros que transfere recursos da sociedade para a minoria rentista. Todos sabemos que tais mudanças levariam ao cancelamento no desvio de recursos do orçamento que, por meio das emendas parlamentares impositivas, hoje favorecem a corrupção e o clientelismo político.

Enfim, estamos diante da necessidade de uma revolução de consciência. Uma reforma do sistema educacional que instigue a revogação de leis que roubaram os direitos universais das pessoas, consideradas, pelos detentores do poder, como menos merecedoras do acesso à condição humana.

Isso também nos encaminharia para o fim das privatizações, a retomada de patrimônios da nação entregues ao capital especulativo. E à reconstrução de formas de gestão respeitadas em relação aos direitos, à questão ambiental e aos bens comuns, estimulando medidas punitivistas em relação às pessoas e grupos que cometem, estimulam ou apoiam crimes contra as bases da vida.

Estas são algumas das recomendações que coletei durante a Conferência. Elas apontam para uma revolução na educação que configure a consciência dos povos. É um processo lento, difícil, e a um só tempo é produto final e instrumento resultante de lutas emancipatórias contra o fascismo em todas suas expressões. É possível? Sem dúvida.

O exemplo é a vitória dos povos amazônicos (durante a COP30). Após 30 dias de ocupação das instalações



da Cargill – que, além de ser a segunda maior empresa privada do mundo, contava com o apoio do governo brasileiro —, o Decreto 12600, que autorizava a concessão e privatização de hidrovias na Amazônia Legal, foi revogado. Este foi o resultado de ações efetivas, com fundamentos espirituais ligados às lutas ancestrais dos povos comprometidos com a construção de um novo modelo de alianças e relações com a sociedade local e internacional.

É evidente que tal evento contou com o apoio do presidente Lula, mas não é menos verdade que o governo foi derrotado em sua posição inicial e foi empurrado pelas ações da sociedade organizada, cujo poder resultou da unificação de lutas em curso com uma noção básica compartilhada: quando um território é ameaçado, todos nós somos ameaçados.

Isso demonstra que, com coragem e determinação, podemos transformar a realidade e, juntos, gradualmente nos livrar das partes que o capitalismo tenta nos impor à força.

Nessa guerra contra a privatização do rio Tapajós, que seria transformado em um corredor logístico a serviço do capital, um canal de distribuição de matérias-primas e um vetor para a expansão da destruição acelerada da Amazônia pelo agronegócio, Auricélia Arapiuns descreveu o esforço de seu povo na Conferência Antifascista com uma frase direta e simples: “Somente a luta unificada é capaz de mudar o rumo da nossa própria história”.

A dimensão internacional dessa perspectiva também pode ser ilustrada pelo que está acontecendo em Cuba. No fim, poucos se mobilizam contra isso, mas ninguém ignora que o império estadunidense está tentando sufocar o povo cubano por causa de sua postura de dignidade e compromisso com a solidariedade internacional aí existente. Deveria haver também certa vergonha diante desse “mau exemplo” de dignidade, que floresce em seus compromissos com o pleno acesso a condições superiores de educação, saúde e alimentação, da melhor qualidade possível, em comparação com o resto do mundo, apesar das pressões do império e em comparação com o que ele oferece ao seu próprio povo.

Ou, como disse o cônsul Benigno Pérez Fernandes, há alguém que possa acreditar que as pressões do bloqueio contra Cuba ocorrem porque Cuba é “uma ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos da América”?

Concluo retomando uma ideia de Glauber Braga que, durante a sessão de abertura da conferência, nos lembrou que os desafios impostos pela luta contra o fascismo não exigem posturas otimistas ou pessimistas. É só nos mostrarmos determinados, com a certeza de que chegará o momento em que venceremos.

Direitos da Natureza em tempos de guerra

Esperanza Martínez
ACCIÓN ECOLÓGICA



Desde meados do século 20, os conflitos armados têm sido impulsionados pelo controle de reservas, rotas de energia e infraestrutura petroleiras. O petróleo não é apenas um recurso em disputa: é o combustível material da guerra, alimentando tanques, aviões e logística militar e, ao mesmo tempo, um dos principais espólios de guerra. A guerra é travada pelo petróleo, com petróleo e em territórios ricos em petróleo.

As guerras contemporâneas aperfeiçoaram sua capacidade de contabilizar a morte. Baixas militares e civis são registradas, infraestruturas destruídas são identificadas e contagens diárias televisionadas são produzidas, supostamente para medir a extensão do horror. No entanto, essa precisão sempre revela uma lacuna: a devastação da Terra e dos ecossistemas são sistematicamente ocultadas.

A vida marinha do Golfo Pérsico, embora não possua uma biodiversidade exuberante em termos tropicais clássicos, é, no entanto, uma biodiversidade especializada, resiliente e profundamente interdependente. É uma lição de adaptação.

Em um mar onde a temperatura pode ultrapassar os 35°C e a salinidade está entre as mais altas do planeta, há recifes que funcionam como centros de biodiversidade. Pradarias marinhas e manguezais se conectam a eles em uma complexa rede ecológica onde cada elemento sustenta o outro. Os dugongos, parentes dos peixes-boi, pastam nas pradarias; peixes se reproduzem nos manguezais; e as aves dependem das zonas intertidais. Em 2023, uma nova espécie marinha foi descrita no Golfo Pérsico: a *Salwa's siren*, um molusco semelhante a um caracol. Isso não apenas demonstra o quão pouco sabemos sobre o mar e seus habitantes, mas também levanta questões sobre a evolução. A *Salwa's siren* não é apenas uma nova espécie; ela representa um novo gênero para a ciência, um ramo evolutivo interdependente, com um processo de adaptação evolutiva a condições extremas.

Incêndios em poços de petróleo, refinarias bombardeadas, oleodutos destruídos e solos saturados de hidrocarbonetos não são incluídos nos relatos oficiais. A natureza não tem lugar na contabilidade da guerra. Não tem registro, não constrói uma agenda de contenção e, definitivamente, não de reparações.

Desde meados do século 20, os conflitos armados têm sido impulsionados pelo controle de reservas, rotas de energia e infraestrutura petroleiras. O petróleo não é apenas um recurso em disputa: é o combustível material da guerra, alimentando tanques, aviões e logística militar e, ao mesmo tempo, um dos principais espólios de guerra. A

guerra é travada pelo petróleo, com petróleo e em territórios ricos em petróleo.

Essa invisibilização decorre de uma lógica estrutural: a natureza é tratada como um componente sacrificável do sistema energético global. O petróleo, nesse sentido, não só organiza a economia, mas também a forma como se distribui a violência. Há territórios que podem ser incendiados, contaminados ou devastados.

Mas essa lógica não se limita aos cenários de guerra declarada. Ela se reproduz, com diferentes intensidades temporais, nas economias extrativistas em geral, como a mineração legal e ilegal, e a exploração de petróleo. Nesses territórios sacrificados, a violência não desaparece: ela se normaliza.

As explosões em campos petrolíferos decorrentes de atividades de exploração sísmica, os “incêndios permanentes” das tochas, ou os derramamentos acidentais ou rotineiros constituem uma forma cotidiana de agressão contra a natureza. Não possuem a espetacularidade ou o horror televisionado da guerra, mas seus efeitos cumulativos são igualmente devastadores.

Da mesma forma, a mineração reproduz uma economia de guerra nos territórios: dinamita montanhas, envenena rios e perpetua a violência armada nas zonas extrativistas. Em ambos os casos – petróleo e mineração – trata-se de economias que operam por meio da transformação violenta da matéria viva em mercadoria, sem questionar a estrutura de acumulação e espoliação que sustenta o extrativismo.

O petróleo tem sido historicamente um eixo geopolítico de guerras e conflitos; enquanto a mineração, particularmente de ouro e minerais críticos, está se consolidando como um ativo estratégico que alimenta economias ilegais devido à sua portabilidade e valor.

Da perspectiva dos direitos da natureza, um rio contaminado por um derramamento de petróleo ou mercúrio não é meramente um recurso afetado, mas um sistema vivo violado. Uma floresta devastada pela expansão extrativista não é uma perda econômica, mas uma ruptura na teia da vida.

Reconhecer isso implica também ampliar o conceito de responsabilidade. Não

basta identificar aqueles que realizam a destruição no território. É necessário observar as cadeias globais de produção, consumo e financiamento que a tornam possível. Isso significa aguçar nosso olhar a partir do local da explosão e integrá-la ao sistema que a produz.

A guerra, embora nos pareça distante, nos confronta de maneira direta porque estamos presos às mesmas lógicas extrativistas que a sustentam. Não é um fenômeno externo: é a expressão mais violenta de um sistema que organiza o mundo com base no controle de recursos, territórios e energia.

A América Latina é um território vivo, tecido pela presença de milhares de culturas e povos que, ao longo dos séculos, coexistiram, cooperaram e coevoluíram com os ecossistemas, resistindo às lógicas decoloniais de extração e destruição da natureza.

A presença militar dos Estados Unidos na América Latina está aumentando, com bases militares em alguns países onde sua presença não reduziu a violência, mas, ao contrário, a institucionalizou: Honduras, Peru, El Salvador e Colômbia. Muitas das operações militares são justificadas como controle de narcotráfico, controle de migrantes ou insegurança. Costas, ilhas e florestas tropicais foram sacrificadas. Mesmo onde foram dados passos históricos, como o reconhecimento dos direitos

da natureza, a lógica da guerra não é desativada. Ela persiste, infiltra-se e se reconfigura.

O Artigo 5º da Constituição do Equador declara: “O Equador é um território de paz. Não será permitida a instalação de bases militares estrangeiras ou instalações estrangeiras com propósitos militares. É proibida a transferência de bases militares nacionais para forças armadas ou de segurança estrangeiras.”

No entanto, o Equador tornou-se um parceiro-chave emergente com uma plataforma geoestratégica inscrita como prioridade pelos Estados Unidos: as Ilhas Galápagos. Apesar da rejeição do povo equatoriano ao estabelecimento de bases militares estrangeiras no país por meio de um referendo nacional realizado em 16 de novembro, a presença militar dos EUA está aumentando.

Passar de ser um território de paz para um enclave militar não é uma medida de segurança: é uma renúncia moral à inteligência ecológica e à oportunidade de aprender, por exemplo, com as Galápagos, um dos lugares mais singulares do planeta, um ecossistema onde a lógica é a harmonia e a ajuda mútua.

Supõe reduzir territórios excepcionais repletos de vida a objetos estratégicos de dominação e controle geopolítico, com impactos fatais sobre todas as espécies, pelo ruído das operações, incêndios, contaminação, resíduos e abusos: a violência expressa em todas as suas formas.

Vale profundo em uma floresta nublada na Sierra de Puebla-Hidalgo, México.
Foto: Dani Gar

A América Latina é um território vivo, tecido pela presença de milhares de culturas e povos que, ao longo dos séculos, coexistiram, cooperaram e coevoluíram com os ecossistemas, resistindo às lógicas decoloniais de extração e destruição da natureza.

A INVASÃO TERRITORIAL E OS NOVOS LATIFÚNDIOS DO AGRONEGÓCIO

ALEJANDRO RUIZ/CEIBA

A Revolução Mexicana prometeu distribuir a terra entre aqueles que a trabalhavam. A reforma agrária da década de 1990 traiu esse pacto: abriu a propriedade coletiva da terra à privatização e, com ela, as portas para a grilagem. Essa reforma favoreceu o Programa de Certificación de Derechos Ejidales y Titulación de Solares [Programa de Certificação dos Direitos Ejidales e Titulação de Parcelas Urbanas] (Procede), que delimitou as terras de ejido e comunais em diferentes tipos: comuns, parceladas e de assentamento humano, e incorporou mecanismos legais que são explorados por atores empresariais e políticos com maior capital jurídico e econômico.

Embora as transações de terras de *ejido* e comunais já existissem historicamente antes do Procede de 1992, a reforma institucionalizou a possibilidade de privatizar e grilar as terras por meio da mudança para a propriedade plena, um mecanismo legal que permite que um membro de um ejido converta sua parcela em propriedade privada. Essa reestruturação fez com que a terra, antes entendida como um bem comunal ligado à reprodução social camponesa, passasse a ser vista como um direito individual sujeito a transações.

Para entender como essa privatização é possível, é necessário analisar o marco legal estabelecido pela reforma de 1992. Evangelina Robles, advogada agrária e membro do Coletivo pela Autonomia e da Rede em Defesa do Milho no México, explica com a clareza de quem passou mais de duas décadas defendendo territórios camponeses e indígenas.

“Testemunhei a reforma agrária daquele ano, e um dos principais temores era a privatização da propriedade social. Na realidade, o que posso ver agora, com a vantagem da retrospectiva, é que as pessoas ainda mantiveram a terra como propriedade coletiva. A propriedade

social no México era superior a 60%. As terras que passaram para domínio pleno ou para propriedade privada eram, em sua maioria, terras já ocupadas por áreas urbanas ou que haviam sido absorvidas pelas cidades.”

Atualmente, segundo o censo agropecuário de 2022 realizado pelo INEGI (Instituto Nacional de Estatística e Geografía), a propriedade social no México abrange 99,7 milhões de hectares, o equivalente a 51% do território nacional, distribuídos entre 29.760 *ejidos* e 2.394 comunidades. Estas constituem não apenas a base física da produção rural, mas também uma rede de organização social, cultural e política que sobreviveu a séculos de transformações.

Em mais de duas décadas de reforma agrária, o México perdeu apenas 9% da propriedade social existente em 1992. Contudo, embora esses 9% possam não parecer alarmantes, a espoliação, a privatização e a grilagem de terras de propriedade social se aceleraram nos últimos dez anos. Essa espoliação é impulsionada pelo Estado mexicano, que intensificou a especulação e a pressão sobre esses territórios para empreendimentos imobiliários, do agronegócio e energéticos.

Em abril de 2025, em um relatório confidencial obtido pela Ceiba, o Registro Agrário Nacional (RAN) listou brechas na Lei Agrária que permitem a terceiros transferir direitos agrários a pessoas vizinhas com possibilidade de se tornarem membros de *ejidos*, podendo, assim, ter acesso ao *ejido* e utilizem terras de uso comum ou as convertam em parcelas ou assentamentos humanos com a opção de propriedade plena, ou seja, privada. O relatório é contundente, pois no México dez pessoas controlam 6.697,5 hectares de propriedades sociais.

O que isso significa no território? Evangelina explica: “A ‘mudança de uso da terra’ é uma das principais estratégias. A assembleia decide converter terras de uso comum – que antes eram para todos – em parcelas individuais. Essas parcelas podem então ser vendidas a indivíduos ou empresas. Tudo está dentro da lei, ou pelo menos dentro do que a lei permite, desde que certos requisitos sejam atendidos. Mas, na prática, esses requisitos são ignorados.”

O relatório do Registro Agrário Nacional confirma a interpretação de Evangelina. O documento afirma explicitamente que “o marco regulatório permitiu a concentração de terras por meio de mudanças na designação de terras de uso comum para parcelas, parcelas alienáveis e o conceito de domínio pleno”, e ilustra o fenômeno com dados, indicando que 202 indivíduos controlam 208.006,55 hectares em parcelas e 209 indivíduos controlam 130.871,8 hectares de assentamentos humanos.

O relatório do Registro Agrário indica que foram detectados dados inconsistentes. Entre as anomalias encontradas estão sujeitos agrários com *Claves de Población* [códigos geográficos de identificação] fraudulentos que não puderam ser validados no Registro Nacional de População, indivíduos falecidos que ainda constam com direitos ativos, parcelas agrupadas com apenas um titular ativo para burlar o limite de área, e acordos de assembleia que autorizam o domínio pleno antes mesmo da existência das parcelas.

Evangelina testemunhou de perto como o agronegócio transnacional transformou territórios inteiros nas últimas duas décadas. Nos *ejidos* de San Gabriel e Sayula, no sul de Jalisco, ao longo da costa do oceano Pacífico, os camponeses historicamente se dedicavam à produção de tomate e hortaliças. No entanto, “nos últimos 15 anos, isso mudou para o agronegócio transnacional”.

“Começaram arrendando terras ou se apropriando, sobretudo das terras de uso comum que as pessoas viam como abandonadas, sem uso. Surgiu a narrativa de que era um deserto onde nada existia. Nos últimos 15 anos, tudo isso foi ocupado por estufas transnacionais. Agora existem mais de 2 mil hectares dedicados exclusivamente ao agronegócio nos municípios de San Gabriel, Tolimán e Tuxpan.”

A expansão do agronegócio no México não é um fenômeno isolado. Enquanto regiões como o noroeste – Chihuahua, Sonora, Sinaloa e Nayarit – consolidaram sua posição como motor da agricultura tecnificada e de exportação, outras regiões viram seus sistemas de produção tradicionais se transformarem sob a pressão de novos atores corporativos.

Três culturas exemplificam as contradições desse modelo. O milho, base da dieta nacional e símbolo da soberania alimentar, é agora o principal produto importado: em novembro de 2024, o México comprou mais de 408 milhões de dólares em milho amarelo, destinado quase que inteiramente à pecuária, e não ao consumo humano. O abacate, por outro lado, levou Michoacán e Jalisco a exportarem mais de 175 milhões de dólares em um único mês, mas a um custo que inclui desmatamento, apropriação indevida de água e violência nos territórios produtores. E o agave, que experimentou um boom especulativo quando o preço atingiu 30 pesos por quilo, deixou para trás *ejidos* endividados, terras hipotecadas e camponeses que assinaram contratos leoninos com empresas de tequila, que





Na Feira de Sementes de Redzag em Cantel, Guatemala

desapareceram quando o preço despencou para menos de 50 centavos.

A maior parte dessa produção é monopolizada por empresas intermediárias ligadas às ABCDs: Archer Daniels Midland, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus, empresas que controlam a maior parte do comércio mundial de grãos e oleaginosas, e operam como uma ampolheta: em uma extremidade estão milhões de produtores dispersos; na outra, bilhões de consumidores; e no estreito túnel do meio, elas. São as que definem os preços de referência globais, que decidem quando e a que custo os alimentos chegam aos portos mexicanos, as que impõem condições aos produtores nacionais.

Nessa estrutura, a agricultura mexicana não compete: ela se submete. Quando os preços internacionais sobem, a inflação golpeia aqueles que destinam mais da metade de sua renda para comprar alimentos. Quando os preços caem, os produtores locais não conseguem sustentar suas colheitas. Em ambos os casos, a terra se torna mais um ativo para especulação, e os *ejidos* se tornam alvos fáceis para aqueles que buscam expandir suas cadeias de suprimentos com métodos de produção especializados que, segundo Evangelina, “têm efeitos múltiplos e interligados”.

“Com máquinas, eles eliminam toda a cobertura vegetal, modificam o solo e o cultivam. Toda a biodiversidade que ali existia desaparece completamente. Não resta uma única planta.”

Ela relembra um caso no *ejido* San Isidro, também em Jalisco. Antes, a comunidade recebia água de três nascentes; agora, duas estão nas mãos de uma em-

presa de abacate, e a terceira secou. A comunidade precisa receber água por caminhão-pipa duas vezes por semana. Esse caso, reflete ela, também demonstra que o

agronegócio não monopoliza apenas a água e a terra, mas também a possibilidade de produzir alimentos de forma autônoma.

“Os membros do *ejido* mais acima na montanha não arrendaram suas terras, mas estão perdendo o acesso à sua parcela porque as empresas de abacate bloqueiam as estradas. Quando finalmente conseguem chegar com burros, desviando das plantações de abacate, sua parcela ou sua área de uso comum já é uma plantação de abacates. Suas terras estão sendo invadidas.”

Nos últimos anos, surgiu outra forma de monopolização de terras, ainda mais evasiva: a agricultura por contrato.

Um desses casos está ocorrendo no *ejido* de San Vicente, na Península de Yucatán. Produtores de limão e pitaya chegaram com uma oferta que não buscava a propriedade da terra, nem mesmo a posse formal. Ofereceram aos camponeses pagamento pelo plantio de seus produtos, garantindo que os comprariam, mas estipulando que não poderiam plantar mais nada em seu território.

“As empresas já não estão interessadas na propriedade da terra e, por vezes, nem mesmo na posse. O que lhes interessa são os recursos da terra. Muitos sites



Foto: Redsag

são bastante transparentes e dizem: ‘nossa prospecção nesta região tem a duração de 15 ou 20 anos, porque os recursos hídricos, de solo ou humanos só permitem isso’, comenta Evangelina.

Ela recorda mais outro caso, na região produtora de agave para tequila, em Jalisco. Lá, quando o preço disparou – chegando a 30 pesos por quilo –, as empresas ofereceram arrendamentos atraentes. “Primeiro, algumas chegaram e disseram aos camponeses: ‘pagaremos 10 mil por hectare para arrendá-lo por sete anos.’ Felizmente, esses receberam o pagamento, mas depois outros empresários apareceram e disseram aos camponeses: ‘pagaremos no primeiro ano’, e eles já não receberam nada. Aqueles que tinham vindo para arrendar a terra desapareceram, e de repente, uma empresa tinha a posse de suas terras.” O resultado é uma posse de fato que a lei agrária não consegue regular.

O avanço do agronegócio e da agricultura por contrato revela um problema estrutural de fundo no México: a única alternativa para defender a propriedade social é retornar ao princípio que Emiliano Zapata delineou durante a revolução mexicana: “a terra pertence a quem a trabalha”.

No entanto, o panorama atual demonstra a ausência de políticas públicas eficazes voltadas ao fortaleci-

mento das comunidades camponesas para que isso se torne realidade. O único esforço em curso no país é o programa *Sembrando Vida*, lançado em 2019.

Mas, embora o programa busque revitalizar hectares com potencial produtivo sem aproveitamento, trabalhando com produção camponesa individual e operando em escala familiar, para Evangelina, isso significa o desmantelamento dos espaços coletivos. A transferência econômica de 6 mil pesos mensais, prevista no programa, é repassada individualmente a cada produtor, e não à assembleia *ejidal* ou comunal.

“A desagregação do apoio para o campo foi um golpe muito duro para as comunidades e os *ejidos*. O problema é significativo porque decidiram dar o dinheiro individualmente a cada membro do *ejido*, em vez de entregá-lo à assembleia. A razão declarada foi evitar corrupção, mas não acaba aí, pois o problema persiste. O que é certo é que estão acabando com os espaços de discussão e organização coletiva dos camponeses. Estão acabando as suas assembleias, já que não há mais razão para se reunirem. Isso enfraqueceu as assembleias.”

A assembleia *ejidal* é o órgão supremo do *ejido*, onde se constrói o coletivo, se decidem os destinos do

território e se distribuem os recursos. É um espaço em disputa. Ao individualizar os apoios, reflete Evangelina, o Estado enfraquece esta estrutura que poderia resistir à monopolização e, além disso, não há um caminho claro que oriente como evitar isso.

“Está muito difícil para o Estado mexicano conseguir mudanças. Teriam que mudar completamente sua política e parar de financiar o agronegócio transnacional. Mas estamos de mãos atadas por todos os acordos comerciais internacionais que assinamos.” Ela dá dois exemplos que expõem as contradições do modelo:

“Em 2013, 273 pessoas foram encontradas vivendo em condições análogas à escravidão em empresas do agronegócio no sul de Jalisco. A empresa chegou e encontrou pessoas que foram obrigadas a trabalhar sem remuneração e, além disso, invadiram suas terras. Quando o caso veio à tona, o governo federal apareceu e, em vez de sancionar a empresa, concedeu-lhe 10 milhões de pesos para remediar a situação e melhorar as condições de seus funcionários. Como tudo isso pode não ser lucrativo se você invade terras, não paga pelas concessões de água, usa mão de obra escrava e, além disso, recebe subsídios?”

O segundo exemplo é uma história longa e complexa.

A história começa em 23 de agosto de 1939, quando o presidente Lázaro Cárdenas del Río assinou um decreto presidencial concedendo 536 hectares ao *ejido* San Isidro. Mas a implementação do decreto foi incompleta: os camponeses receberam apenas 256 hectares. Os 280 hectares restantes, pertencentes a uma antiga fazenda, foram cedidos a outros núcleos agrários em uma série de transferências e vendas fraudulentas que, com o tempo, levaram à sua aquisição em 1994 pela Nutrilite, uma divisão da multinacional americana Amway, pertencente à família Devos (a mesma família de Betsy Devos, secretária de Educação durante o primeiro mandato de Donald Trump).

Por décadas, muitos camponeses empobrecidos pela falta de terras, tiveram que trabalhar como diaristas nos mesmos campos que um dia lhes pertenceram. Mesmo assim, mantiveram viva a luta judicial. Em 2017, apresentaram uma denúncia às Nações Unidas, onde conseguiram demonstrar que a Amway-Nutrilite havia violado os direitos humanos dos camponeses à propriedade, à água, à dignidade, à liberdade de movimento e ao território. O Tribunal Permanente dos Povos já havia recebido uma denúncia em 2012 relativa aos impactos ambientais da empresa: contaminação da água, danos à saúde, casos de câncer e de insuficiência renal na região.

A batalha judicial deu frutos. Em abril de 2022, o Secretário de Desenvolvimento Agrário, Territorial e Urbano (Sedatu) ordenou a implementação suplementar do decreto presidencial de 1939. Em 30 de junho daquele

ano, as autoridades federais iniciaram a demarcação dos 280 hectares para devolvê-los ao *ejido*. Após quatro gerações, os camponeses recuperavam o território que lhes havia sido tomado. O plano era transformar este espaço em “uma parcela coletiva, uma restauração ambiental das áreas ribeirinhas”, um projeto alternativo ao agronegócio.

A reação da Amway foi apresentar uma contestação com base nas regras do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN), exigindo quase 3 bilhões de dólares em indenização do Estado mexicano pela expropriação de seus investimentos. A empresa argumentou que o México havia se apropriado de terras privadas sem justa indenização.

Em janeiro de 2026, um tribunal internacional rejeitou a reclamação. A decisão foi técnica, mas contundente: as regras comerciais sob as quais a Amway havia apresentado sua queixa já não estavam mais em vigor, uma vez que o TLCAN foi substituído pelo T-MEC (Tratado entre México, Estados Unidos e Canadá) em 2020. O tribunal não apenas rejeitou os bilhões de dólares exigidos pela empresa, como também a condenou a pagar aproximadamente 1,3 milhão de dólares pelas custas legais e de arbitragem do Estado mexicano.

“A empresa que, segundo sua escritura, comprou o terreno ‘sabendo que era de regime *ejidal*’, entrou com três ações judiciais e uma disputa com base no acordo de livre comércio”, explicou Evangelina. “Imagine o Estado mexicano, o que ele pode fazer contra isso? Se decidir não facilitar investimentos para as corporações transnacionais ou recuperar e fortalecer os *ejidos* e as comunidades, as empresas se voltarão contra o Estado”.

A pesar do cenário sombrio, há motivos para esperança. Essa esperança, diz Evangelina, reside na propriedade social da terra. “Não se trata apenas de uma parcela de terra que se cultiva e que produz algo. Não é uma mercadoria. É, na realidade, o território no sentido mais pleno e abrangente da palavra. É o espaço onde os coletivos indígenas ou camponeses ou rurais podem se desenvolver como povos.”

Este território, explica, “é composto não apenas por parcelas produtivas, mas por um sistema complexo que reproduz a vida: bosques, florestas baixas decíduas, semi-desertos onde a água, a flora, a fauna e a biodiversidade se reproduzem. A vida se reproduz para todas e todos.”

A defesa da propriedade social, afirma ela, é uma conquista da Revolução Mexicana que é mais relevante hoje do que nunca.

“Quando a Revolução e a Reforma Agrária foram conquistadas, os camponeses não receberam apenas terras, mas também florestas e águas. E isso, coletivamente é o que nos permitiu, mesmo com a situação atual, que mais de 50% do território no México esteja

sob propriedade social, e que tenhamos tantas florestas, bosques e desertos preservados, e que permitem ser o centro de biodiversidade não só do milho, mas de tantas outras plantas e animais.”

Por trás dessa conservação, existe uma presença fundamental: a dos povos originários e camponeses que habitam e cuidam desses territórios há séculos. Os dados do censo confirmam isso: o Censo Agropecuário de 2022 revelou que 46 em cada 100 produtores agropecuários se identificam como indígenas, o que equivale a mais de 2,1 milhões de pessoas que gestionam a terra com base em seus conhecimentos e práticas tradicionais.

Em um mundo onde “tudo é mercadoria para o capital, para as corporações, para os Estados”, a propriedade social se ergue como um bastião. “A única maneira que temos é trabalhar de forma coletiva, em assembleias. Se ainda houver controle do território, então há esperança”, enfatiza Evangelina. “Sobre a questão da defesa das sementes de milho, concluímos que não queremos nenhum tipo de legislação, porque toda vez que regulamentam algo, é porque querem se apropriar disso. Mas, bem, vamos imaginar um mundo idílico onde nos levem em consideração. Sobre a questão agrária, eu faria da propriedade social o foco central. Traria de volta a redistribuição agrária. É simples e decisivo assim, porque acredito que não podemos pensar em regulamentações menores sobre o que já existe. Tudo é planejado para dismantelar a propriedade agrária.”

A propriedade social não desapareceu. Está sob ataque, mas ainda resiste. Nos *ejidos* da Península de Yucatán, os grileiros continuam acumulando títulos. Nas montanhas de Sonora, as mineradoras continuam extraindo minerais de terras que não lhes pertencem, enquanto seus proprietários buscam proteção legal para evitar o pagamento. Nos vales de Jalisco, o agronegócio continua a expandir suas estufas em terras que já foram de uso comum. E nas assembleias *ejidais* cada vez mais vazias, a memória do que um dia foi a terra coletiva se desvanece a cada geração que emigra.

Mas também, nas parcelas autogeridas de camponeses maias, nos tribunais agrários onde *ejidos* como El Bajío conquistam decisões históricas, nas redes de defesa do milho que resistem à imposição de transgênicos e na luta diária de milhões de camponeses e indígenas que ainda detêm a terra em comum, há uma resposta silenciosa, porém firme. A defesa da propriedade social, conquistada desde a Revolução Mexicana, é, como afirma Evangelina, o que permitiu que a esperança ainda existisse no México.

* Ceiba contactou a Procuradoria Agrária e enviou um questionário para conhecer seu posicionamento sobre os temas abordados nesta reportagem. Até o fechamento desta edição, não havíamos recebido sua resposta.



A 30 ANOS DA PRIMEIRA SOJA TRANSGÊNICA: **UM EXPERIMENTO MASSIVO ▲ CÉU ▲BERTO**

18

Darío Aranda

Provocou um ponto de inflexão no modelo de produção da Argentina e serviu como ponto de partida para os transgênicos no Cone Sul. Em um processo acelerado, alinhado com os Estados Unidos e a Monsanto, o governo de Carlos Menem aprovou a semente de soja transgênica que em pouco tempo seria monocultivo e, quase, monocultura. Milhares de famílias expulsas de seus territórios, milhões de hectares devastados, epidemias de doenças via agrotóxicos e, também, a persistência de semear outro modelo. Três décadas de modelo transgênico.

Foto: Matías Sarlo / Minga: Semillero de Imágenes Libres
del Sector Campesino, Indígena y Cooperativo





Foto: Nicolás Pousthomus / Minga: Semillero de Imágenes Libres del Sector Campesino, Indígena y Cooperativo

Bilhões de dólares. Este é o aspecto destacado pelos proponentes do modelo do agronegócio, com a soja transgênica como seu estandarte. Do outro lado da balança: epidemias de doenças em áreas pulverizadas com agrotóxicos, concentração de terras nas mãos de poucos, o desaparecimento de 83 mil hectares de pequenas e médias propriedades rurais, o deslocamento de milhares de famílias rurais, 8 milhões de hectares de floresta nativa destruída e a contaminação da água, do ar e do solo. E, apesar de tudo, a decisão coletiva de se organizar, exigir justiça, semear vida e, definitivamente, construir territórios de dignidade.

Política de Estado

Era 25 de março de 1996. Na Rua Paseo Colón, 982, na Secretaria de Agricultura, o então secretário Felipe Solá assinou a autorização para a comercialização e o plantio de sementes de soja geneticamente modificadas da Monsanto. Isso foi feito às cegas, com base em “estudos” da própria empresa americana, e em um processo acelerado: 81 dias para uma luz verde que impactaria milhões de hectares e de vidas. Foi o primeiro transgênico aprovado no Cone Sul (posteriormente, entraria ilegalmente no Brasil, Uruguai, Paraguai e Bolívia).

Todos os governos, de Carlos Menem até o atual, promoveram esse mesmo modelo (agronegócio), que tem como estandarte a soja e o uso de agrotóxicos. O mais conhecido dos venenos, mas não o único, o glifosato.

A área plantada com soja aumentou de 6 milhões de hectares em 1996 para os atuais 18 milhões, atingindo o pico de 21 milhões de hectares em 2015. O uso de agrotóxicos disparou de forma geométrica: 500 milhões

de litros, uma média de 12 litros por pessoa por ano. As exportações se multiplicaram, caminhonetes 4x4 proliferaram no Pampa Úmido, os dólares para “sustentar” a economia dependente chegavam, crescia o investimento dos chacareiros em imóveis e a monocultura transgênica se consolidava.

Os maiores ganhadores foram as grandes empresas de sementes e agrotóxicos: Bayer/Monsanto, Syngenta-ChemChina, Corteva (Dow/DuPont) e BASF; e as corporações agroexportadoras: Cofco, Cargill, Bunge, Dreyfus, Viterro e AGD. Seus aliados locais: as auto-denominadas “entidades do agro” (Aapresid, Sociedad Rural, CRA, Coninagro, Federación Agraria), os principais meios de comunicação e seus jornalistas leais, a ciência hegemônica e extrativista e o governo no poder (municipal, provincial, nacional).

Um ponto de virada foi 2008, com a agora histórica Resolução 125. Como nunca antes, “o campo” tornou-se um tema da agenda nacional e do debate público. De repente, moradores da cidade que só tinham plantas em vasos saíram em defesa de empresários milionários com milhares de hectares nas áreas mais caras do país.

O agronegócio saiu vitorioso de uma disputa cujo argumento central era quem ficaria com a maior fatia do bolo, quem capturaria mais “renda”. Nenhum dos setores em disputa questionou o tema central: o modelo agropecuário.

Um modelo com amplas consequências

Entre 2002 e 2018, 83 mil pequenas propriedades rurais foram perdidas. É uma forma de dizer como os maiores devoraram (ou mataram) os menores. A estrutura agrária do país mudou. O deserto verde e o esvazia-

mento do campo avançaram tão rapidamente quanto a especulação dos pools de sementeira e dos produtores que priorizavam apenas os dólares da Europa e da Ásia. A Argentina colheu cada vez menos alimentos para o mercado local e produziu cada vez mais commodities para os suínos e aves da Ásia e da Europa. O capitalismo agrário mostrou sua face e seu fazer, sem piedade.

- Milhares de famílias camponesas e indígenas foram expulsas de seus territórios de vida.
- Oito milhões de hectares de floresta nativa foram destruídos, colocando a Argentina entre os cinco países com maior desmatamento.
- Judicialização, repressão e assassinatos no campo. Entre os casos mais extremos (embora não os únicos): os assassinatos de Sandra Ely Juárez, Cristian Ferreyra e Miguel Galván.
- Contaminação. Foi confirmada a contaminação de solos, do ar, da água e dos corpos com agrotóxicos, inclusive de pessoas que vivem em cidades. Situações distópicas tornaram-se comuns, como a presença de mais agrotóxicos no Rio Paraná do que em uma plantação de soja, ou água da chuva contendo glifosato – portanto, venenos na atmosfera.
- Mais de mil estudos científicos confirmam as consequências do glifosato (é apenas um das dezenas de agrotóxicos utilizados).
- A epidemia de doenças vinculadas a agrotóxicos se multiplica em áreas com uso massivo de venenos. Uma das evidências mais convincentes é o trabalho do Instituto de Saúde Socioambiental da Universidade de Ciências Médicas de Rosario (UNR). Durante sete anos, visitaram oito localidades da província de Santa Fé e confirmaram um conjunto de doenças vinculadas a agrotóxicos: câncer, abortos espontâneos, doenças renais, malformações congênitas, problemas endócrinos e hipotireoidismo. A pesquisa, publicada na revista científica internacional *Clinical Epidemiology and Global Health* (Epidemiologia Clínica e Saúde Global), revela o risco: jovens que vivem em locais que sofrem pulverizações de agrotóxicos têm 2,5 vezes mais risco de desenvolver câncer do que aqueles que não vivem em áreas do agronegócio.

As engrenagens do modelo

A máquina de propaganda cresceu em paralelo com os hectares pulverizados. Os jornais *La Nación* e *Clarín* foram pioneiros, mas não os únicos: emissoras de rádio, sites, “jornalistas especializados” e programas de televisão. Todo um aparato midiático a serviço do agro transgênico, financiado por... empresas transgênicas.

Setores hegemônicos da “ciência” estiveram a serviço desse modelo. Do Ministério da Ciência ao Conicet (Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Técnica) e universidades nacionais. Casos obscuros:

- O ministro Lino Barañao afirmou que o glifosato era como “água com sal”.
- A “renomada” cientista Raquel Chan – financiada pelo Conicet, pela Universidade do Litoral e pela empresa Bioceres – é parcialmente responsável por famílias argentinas serem as primeiras no mundo a consumir trigo transgênico, cultivado com o perigoso herbicida glufosinato de amônio.
- A Faculdade de Agronomia de Buenos Aires (Fauba) é abertamente financiada por multinacionais do agro.
- A Comissão Nacional de Biotecnologia (Conabia), espaço “científico-técnico” que aprova os transgênicos, operou escondida durante duas décadas. Seus membros e relatórios eram confidenciais. Até que os nomes dos envolvidos na corrupção científica viessem à tona: na Argentina, as mesmas empresas que vendem os transgênicos são as que os aprovam, seja por meio de seus empregados diretos ou com cientistas e funcionários públicos cúmplices. Já aprovaram mais de 90 sementes transgênicas (soja, milho, batata, algodão, alfafa, trigo), sempre com base em estudos conduzidos pelas próprias multinacionais que as comercializam.

Lutar e semear vida

“Desculpe o incômodo, estamos bloqueando um genocídio”, explica a faixa pendurada no terreno onde a Monsanto, a maior multinacional do agro, constrói sua fábrica de milho transgênico. Ano de 2012. Malvinas Argentinas, Córdoba.

E assim começou uma luta que duraria quatro anos e incluiria repressões, ações judiciais, brigas entre famílias e vizinhos, mais repressões, práticas de clientelismo por parte do município e do governo provincial. Houve muito sofrimento. O objetivo dos moradores e moradoras: que a corporação não se instale. “Não à Monsanto em Córdoba e na América Latina” foi uma bandeira da luta.

Pesquisadores e jornalistas chegavam de várias partes do mundo para ver como era essa pequena cidade que estava travando essa batalha, encarnada no protagonismo da Assembleia Malvinas Luta pela Vida.

Após quatro anos, mediante bloqueio da fábrica e a paralisação da construção, a Monsanto se foi das Malvinas Argentinas. Correção: a Monsanto foi expulsa das Malvinas Argentinas.

Esta é, sem dúvida, uma das maiores vitórias contra o agronegócio. Mas não é a única. Existem Movi-

mentos camponeses e indígenas, e organizações que resistem ao agronegócio e semeiam outro modelo. Organizações e assembleias que denunciam os que pulverizam, os levam aos tribunais, obtêm condenações e constroem a agroecologia. Os milhares de hectares de produção sem agrotóxicos, a recuperação de terras militares onde agora estão sendo construídas comunidades, as escolas camponesas, a expropriação de terras de multinacionais e as colônias agroecológicas. As mais de 60 Cátedras de Soberania Alimentar em universidades públicas e ciência ética para o bem-estar do povo.

De março de 1996 a março de 2026. Três décadas de um modelo transgênico com inegáveis e amplas consequências sociais, ambientais e sanitárias. Mas também três décadas de rebeldias coletivas que semearam, e continuam a semear, vida e dignidade.

*“Um experimento a céu aberto”.

Definição de Andrés Carrasco para se referir ao agronegócio e ao modelo baseado em agrotóxicos.

23 de março de 2026

Foto: Anne Pouchard Serra / Minga: Semillero de Imágenes Libres del Sector Campesino, Indígena y Cooperativo



A INVASÃO ESPANHOLA, ESCRAVIDÃO TAÍNA E AGRICULTURA

22

Nelson Álvarez Febles¹

Os espanhóis iniciam a colonização/invasão da ilha de Borikén, atual Porto Rico, em 1508. Suas populações foram rapidamente subjogadas, apesar da feroz resistência, vítimas de um genocídio implacável. Aqui, queremos destacar a grandeza desses povos caribenhos, sobre os quais se sabe pouco no resto das Américas.

A ocupação espanhola do arquipélago de Borikén foi liderada pelo castelhano Juan Ponce de León em

1511. Os espanhóis sofreram com a fome no início da invasão das ilhas antilhanas, quando não conseguiram transplantar seus sistemas agrícolas e alimentares dos climas temperados da Península Ibérica para o Caribe tropical. Uma vez que a mineração de ouro se esgotou rapidamente, e dada a dificuldade já encontrada em outras ilhas para estabelecer uma agricultura própria do clima temperado continental, os invasores forçaram os povos indígenas a lhes fornecer alimentos para sobreviverem. O professor Cruz Miguel Ortiz Cuadra nos conta:

...a agricultura de alimentos permaneceu nas mãos dos habitantes originais. Da mesma forma, a inadaptabilidade de alguns cultivos europeus a esta zona agroecológica reforçou o papel de certos alimentos sobre os quais as po-

¹ Retirado do livro do autor: *Puerto Rico, isla agrícola: taínos, jíbaros y campesinos*, Publicaciones Gaviota, 2025. Portoriquenho, Álvarez Febles é ecólogo social, especializado em agroecologia.



pulações originais possuíam saberes agrícolas desenvolvidos, como o milho e a mandioca. Temendo a fome, ambos os alimentos se tornaram parte importante da dieta dos primeiros colonizadores e foram incorporados aos cultivos alimentares das terras recém-exploradas.²

Frequentemente, éramos o primeiro porto a que chegavam os navios após a travessia do Atlântico – com porões vazios ou alimentos estragados – antes de seguirem viagem para outras ilhas e para as conquistas no continente, o chamado *novo continente americano*. Sustentamos que, além de uma breve corrida do ouro em Porto Rico durante os primeiros anos, os Taíno foram escravizados por sua agricultura. O pão casabe, feito de mandioca e com características nutricionais comparáveis ao pão de trigo, serviu para sustentar os invasores. Era exigido como tributo do povo Taíno e usado para reabastecer os suprimentos dos navios que chegavam da Espanha, antes que continuassem a conquistar novos territórios.

Juan Ponce de León, o primeiro governador espanhol, já em 1510 realizou diversos repartimentos e encomendas de índios. Esses repartimentos incluíam ‘cargas de pão casabe’, o novo alimento para os espanhóis. Assim, foram sendo repartidos terras, comida e indígenas como escravos por todas as ilhas do arquipélago.

Quando os espanhóis invadiram Borikén, descreveram o uso, pelos taínos, de uma variedade de sistemas agrícolas complexos, adaptados aos diferentes ecossistemas locais:

- Derrubada e queima: um antigo sistema de rotações de cultivos
- Várzea: cultivo das planícies aluviais
- Xagüeyes: cultivo em depressões ou áreas calcárias
- Acequias: cultivo em áreas com canais
- Conucos: plantações perto de aldeias, geralmente em montículos ou em camaleões
- Terraços: plantações em encostas das montanhas

Foram documentadas áreas produtivas taínas, os *conucos*, com milhares de montículos. O colonizador Cristóbal de Sotomayor menciona um conuco com 70 mil montículos, pertencente ao território do cacique Agüaybaná. Segundo meus cálculos, isso seria uma área de cerca de 40 hectares, plantada com mandioca, batata-doce, muitos outros cultivos comestíveis, plantas medicinais e árvores frutíferas. Os espanhóis forçaram o povo Taíno a plantar para eles enormes co-

nucos para sobreviverem em um território que lhes era estranho e hostil, e também para abastecer os porões dos navios que atracavam no arquipélago.

Os espanhóis chamavam de *huertos* os lotes próximos aos *yucayeques*, ou aldeias, uma característica comum nas culturas que habitam as florestas do cinturão tropical do planeta. Esses são espaços de plantio perto das aldeias e casas, geralmente plantados e cuidados por mulheres, onde são cultivadas plantas medicinais, temperos, árvores frutíferas e alguns alimentos de uso comum, como batatas-doce, abóboras, pimentões e pimentas. São também espaços de integração e adaptação de cultivos e variedades resultantes da troca entre vizinhos e comunidades. Tive a oportunidade de conhecer plantios desse tipo quando morei e fui agricultor em Maunabo, Porto Rico, no final da década de 1970, em comunidades onde ainda eram praticadas muitas estratégias agrícolas e de subsistência jibara-campesinas. Acreditamos que elas têm grande parte de sua origem em heranças Taíno, com influências africanas e espanholas.

Outro aspecto que a historiografia contemporânea destaca é a importância das mulheres nas sociedades Taíno. Ao contrário da docilidade com que foram descritas, as mulheres Taíno eram experientes agricultoras, coletoras e elaboradoras de alimentos, bebidas, remédios, venenos e outros derivados agroalimentares. Além da retórica espanhola de uma suposta evangelização e civilização dos *selvagens*, os invasores eram movidos pelo desejo de extrair riquezas. As mulheres



² Ortíz Cuadra, Cruz Miguel (2006). Puerto Rico en la olla: ¿Somos aún lo que comemos? Ed. Doce Calles, Madrid. P. 36.

Taíno foram separadas de seus companheiros, subjugadas por aqueles homens que chegavam sem mulheres, usadas como mão de obra escrava e exploradas sexualmente na criação de uma população mestiça para exterminar o povo Taíno. A redução da natalidade Taíno (às vezes as mulheres se recusavam a ter filhos para os espanhóis), combinada com a violência, novas doenças como a varíola, guerras e exílio para outras ilhas do Caribe, culminou em genocídio.

Em 1511, ocorreram diversas revoltas Taíno contra os invasores. Dos mais de 100 mil taínos que se acredita habitarem o arquipélago na época da invasão (alguns autores estimam um número muito maior), provavelmente apenas alguns milhares permaneceram por um curto período. Décadas após a invasão de Borikén, os censos mal contabilizaram dezenas de indígenas, dando origem ao mito do extermínio. No entanto, o historiador Jorell Meléndez-Badillo escreve:

Desaparecer dos arquivos e da história pode ter significado sobreviver ao ataque genocida da conquista. Nas comunidades que os povos indígenas criaram à margem da sociedade, alguns deles formaram laços de amizade com outro grupo de pessoas que escapavam da violência abominável do projeto colonial espanhol: os afrodescendentes que fugiam da escravidão.³

Populações indígenas continuaram a aparecer nos censos até o século 18; por exemplo, 2.300 em um censo de 1797. Os funcionários não se aventuraram nas montanhas com *selvas* e *guácaras* (cavernas) para contabilizar a real presença dos indígenas nessas regiões, onde os taínos sobreviventes buscaram refúgio. Enquanto isso, segundo evidências compiladas pelo historiador Juan Manuel Delgado, documentos oficiais descrevendo indivíduos como “índios” ou “índias” foram encontrados até o século 19. O arqueólogo e professor Reniel Rodríguez Ramos afirma que “A narrativa histórica que prevaleceu por séculos sobre o extermínio total dos habitantes originais de Porto Rico é uma falácia” e acrescenta: “A erradicação histórica dos primeiros habitantes das Antilhas foi, e continua sendo, uma estratégia política”.

O historiador Eugenio Fernández Méndez argumenta que os sobreviventes viveram separados dos espanhóis até o século 18, quando começaram a se miscigenar com espanhóis e negros. No final do século, populações taínas puras foram encontradas nas terras altas de San Germán, nas Indieras. Em 1787, 1.200 taínos foram identificados nessas terras, fora da influência espanhola. Afinal, eram os taínos que possuíam o conhecimento, os nomes, as práticas e as sementes para habitar aquelas

florestas que, para os invasores, eram selvas selvagens.

A amplitude da integração e o manejo responsável da natureza durante a colonização, suas mitologias e cosmogonias complexas, seu desenvolvimento linguístico, seus conhecimentos científicos de flora, fauna e astrologia, agricultura e alimentação – tudo interligado em sociedades organizadas – e a extensa evidência de assentamentos por toda a Geografia do arquipélago atestam uma presença taíno muito mais robusta, complexa e disseminada do que a história oficial reconheceu. Manipular a história para negar a existência de populações autóctones foi um ato deliberado para justificar a ocupação do território supostamente virgem e desabitado, e tudo o que nele existia: flora, fauna, minerais, terra e pessoas. É inegável a destruição sistemática do povo taíno, bem como de tantos outros povos das Américas.

Os habitantes do arquipélago de Borikén foram forçados a prover quantidades significativas de alimentos, sob ameaças e extrema violência, para que os primeiros espanhóis não morressem de fome e pudessem reabastecer os porões de seus navios. A agricultura familiar e agroecológica atualmente praticada e promovida em Porto Rico incorpora muitas técnicas e culturas que, acreditamos, têm origem na agricultura jíbara camponesa tradicional, a qual, por sua vez, tem suas raízes nos Taíno e povos originários.

alvareznelson@hotmail.com



3 Jorell Meléndez-Badillo. 2024. *Puerto Rico: historia de una nación*. Planeta/Princeton University Press.

A revista *Biodiversidade, sustento e culturas* em versão digital está disponível em:

www.grain.org/biodiversidad y en www.biodiversidadla.org/Revista

A *Alianza Biodiversidad* também produz *Biodiversidad en América Latina*:

<http://www.biodiversidadla.org>

A *Alianza* atualmente é composta por movimentos e organizações-chave que trabalham ativamente estes temas na região:

Acción Ecológica, Ecuador (<http://www.accionecologica.org>)

Asociación Nacional de Fomento a la Agricultura Ecológica (Anafae), Honduras (www.anafae.org y www.redanafae.com)

BASE-IS, Paraguay (<http://www.baseis.org.py/>)

Campaña Mundial de la Semilla de Vía Campesina América Latina (<http://www.viacampesina.org>)

Centro Ecológico, Brasil (<http://www.centroecologico.org.br/>)

CLOC-Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (<http://www.cloc-viacampesina.net/>)

Colectivo por la Autonomía-COA, México (<http://colectivocoa.blogspot.com/>)

GRAIN (<http://www.grain.org>)

Grupo ETC, México (<http://www.etcgroup.org>)

Grupo Semillas, Colombia (<http://www.semillas.org.co>)

REDES-Amigos de la Tierra, Uruguay (<http://www.redes.org.uy>)

Red de Coordinación en Biodiversidad, Costa Rica (<http://redbiodiversidadcr.info/>)

Sites temáticos:

<http://www.farmlandgrab.org/> y <http://www.bilaterals.org/>

A *Alianza Biodiversidad* convida a todas as pessoas interessadas em defender que a biodiversidade permaneça nas mãos dos povos e comunidades, a apoiar seu trabalho de articulação. Os fundos arrecadados através das doações se destinarão a fortalecer os circuitos de distribuição da revista *Biodiversidade, sustento e culturas*, assim como sua impressão nos diferentes países em que trabalha a *Alianza*. Os convidamos a colaborar acessando a página:

http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Campanas_y_Acciones/DONAR_-_Alianza_Biodiversidad

Biodiversidade, sustento e culturas é uma revista trimestral (quatro números por ano). A versão eletrônica é distribuída gratuitamente para todas as organizações populares, ONGs, instituições e pessoas interessadas.

Para recebê-la em formato digital, favor enviar um e-mail com sua solicitação para:

Henry Picado

rcbcostarica@gmail.com

